



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo

Famílias monoparentais femininas e a (des) proteção social: o caso das catadoras de materiais recicláveis de Campos dos Goytacazes (RJ)

Anna Paula Eckhardt de Almeida Rego¹

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a trajetória de vida e de trabalho das catadoras de Campos dos Goytacazes/RJ, em especial, daquelas que são as únicas responsáveis por suas famílias. Em uma perspectiva que articula trabalho e gênero, a análise tem como referência as transformações econômicas que ocorreram no Brasil a partir da década de 1990 e os seus rebatimentos no interior da classe trabalhadora, especialmente no que se refere ao aumento dos trabalhadores informais e precarizados. Enfatiza-se também os múltiplos papéis assumidos pelas mulheres especialmente das famílias monoparentais² femininas empobrecidas, considerando a fragilidade das políticas sociais.

Palavras-chave: Trabalho precário. Mulheres. Famílias monoparentais femininas. Proteção Social.

Abstract

This article proposes a reflection on the path of life and work of waste pickers of Campos dos Goytacazes/RJ, in particular those who are solely responsible for their families. In a perspective that articulates work and gender, the analysis has reference to the economic transformations that have taken place in Brazil from the 1990s and its repercussions within the working class, especially as regards the increase in informal and precarious workers. It also emphasizes the multiple roles played by women especially the female impoverished single-parent families, considering the fragility of social policies.

Keywords: Precarious work. Women. Female lone parents. Social protection.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de apresentar a realidade vivenciada pelas catadoras que chefiam famílias monoparentais femininas no município de Campos dos Goytacazes/RJ, a partir das transformações econômicas, sociais e políticas a partir da década de 1990 e em como isso rebateu no interior das famílias brasileiras.

¹Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense e Mestranda em Políticas Sociais na Universidade Estadual Norte Fluminense (RJ).

²Famílias monoparentais são entendidas neste artigo como aquelas em que há apenas um dos pais responsáveis pelo cuidado e criação dos filhos.

Mas por que é preciso compreender as famílias dentro de um contexto macroeconômico? O que isso influenciaria na aproximação com as catadoras de Campos (RJ), chefes de famílias monoparentais? Pois bem, se for considerar que o aumento das famílias monoparentais femininas no Brasil, se dá na década de 1990 e que é consensual entre os autores aqui problematizados que as transformações econômicas corroboraram para o empobrecimento das famílias e com a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, cenário este que alterou intensamente os arranjos familiares, já demonstra a grande importância de estudá-las em um contexto maior.

Para melhor abordagem dos temas, o artigo será dividido em duas seções, sendo a primeira nomeada por “O crescimento das famílias monoparentais femininas”, onde de forma breve, serão apresentadas as consequências das transformações econômicas no interior das famílias. Explicando dessa forma o crescimento das famílias monoparentais e utilizando-se de dados que certifiquem que estas estão em maioria, em situação de pobreza e representadas por condições precárias de vida e de trabalho. Na segunda seção, intitulada como “Trabalho e famílias monoparentais femininas: o caso das catadoras de Campos dos Goytacazes (RJ)” serão apresentados os dados das catadoras de Campos/RJ que chefiam famílias monoparentais colhidos em uma pesquisa realizada pelo NETRAD³. Após a aproximação com estes dados e articulação com os conceitos já problematizados, foi possível realizar duas entrevistas qualitativas semiestruturadas com catadoras responsáveis por famílias monoparentais a fim de um desvelamento real dessa realidade enfrentada por elas, durante toda sua trajetória de vida e de trabalho, articulando-as em um contexto maior, a fim de demonstrar a necessidade da não responsabilização dessas famílias pela situação de pobreza enfrentada e perceber até onde vai a (des) proteção social nesse cenário.

³Núcleo de Estudos em Trabalho, Cidadania e Desenvolvimento do ESR/UFF. Este trabalho se utilizará de uma pesquisa coordenada por Érica Terezinha Vieira de Almeida neste Núcleo. Esta pesquisa foi realizada em 2013 com os catadores de materiais recicláveis do lixão da CODIN após o seu fechamento que aconteceu em 2012. Na busca por dados que conferissem o perfil das famílias monoparentais femininas, foi realizado um recorte no banco de dados dessa pesquisa, buscando apenas essas famílias, que representam 38% do total das famílias dos catadores de Campos (RJ).

2 O CRESCIMENTO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS

Tendo como referência as mudanças no mercado de trabalho a partir dos anos 1990, que redefiniram o padrão de absorção da força de trabalho e conseqüentemente trouxeram alterações nos arranjos familiares, pode-se pensar que apesar da presença de mulheres no mercado de trabalho ter começado a expandir-se nos anos 1970 com a urbanização e industrialização, isto, só se tornou expressivo, a partir de 1990. Esta expansão se caracteriza como outro aspecto importante advindo das transformações sofridas no mercado de trabalho (ANTUNES, 1995).

Os efeitos da reestruturação produtiva e do novo padrão de incorporação da força de trabalho, no decorrer da década de 1990, manifestam-se não só na questão do trabalho como também atingem o interior das famílias, que precisam criar estratégias e muitas das vezes formas de inserção de seus componentes no mercado, para que não haja um empobrecimento expressivo. E é neste contexto de precarização das relações de trabalho e do desemprego, que cresce a importância da participação das mulheres, sejam elas cônjuges ou chefes de família no mercado de trabalho. Apesar da participação feminina na maioria das vezes ser em ocupações precárias, comparadas as do sexo masculino, apresentam um crescimento considerável entre 1990 e 2003 (MONTALLI, 2006).

Entendendo que as transformações econômicas pós 1990, alteraram não só o papel da mulher como também os arranjos familiares, fica evidente a relação entre este universo de transformações e o crescimento das famílias monoparentais, em especial as femininas, que em 1993 correspondia a 15% do total de famílias brasileiras passando para 22,2% em 2000 e atingindo 37,3% em 2010 (IBGE, 2010). É preciso chamar atenção para a forma como essa monoparentalidade feminina vem se mostrando nas últimas três décadas, já que nos anos 1970, os domicílios monoparentais eram composto assim pela morte do cônjuge. Mas a partir dos anos 1990 a monoparentalidade causada pela viuvez se tornou ínfima em relação às mulheres solteiras e separadas (SANTOS, 2008, p. 40).

Para Montali (2006) é preciso entender o contexto no qual o número dessas famílias se expande e que se esse fenômeno é propiciado pelas condições precárias de renda e de trabalho nas famílias de baixa renda, isso acaba por contribuir ainda mais para a reprodução da pobreza. Já que com apenas um adulto as formas de inserção no mercado de trabalho diminuem e conseqüentemente as chances de superação da pobreza também.

Também é necessária a atenção quanto às taxas de pobreza de famílias chefiadas por mulheres, principalmente as negras. São alarmantes quando comparadas às famílias chefiadas por homens, pois enquanto a renda per capita média de um chefe homem é de R\$ 997 o da mulher, negra, chega a R\$ 491. E também para o fato de que mais de 50% das chefes de famílias monoparentais estão classificadas como com rendimento até 1 salário mínimo, o que caracteriza expressiva pobreza nessas famílias no Brasil (AZEVEDO *et al.*, 2012, p. 14).

Isso confirma o fato das chefes de famílias monoparentais estarem proporcionalmente mais representadas no segmento informal da economia, e em ocupações informais ficam sem a proteção dos direitos trabalhistas, os rendimentos mensais são baixos e possuem jornadas parciais de trabalho. Estas mulheres-mães-trabalhadoras-chefes-de-família, ficam à mercê da própria sorte, enquanto o Estado reduz e focaliza suas intervenções no âmbito social, afastando cada vez mais da vida, não só dessas mulheres, mas da população mais empobrecida, a possibilidade do exercício efetivo de cidadania. Essa relação entre famílias monoparentais femininas e pobreza acaba por construir um estigma de que as mulheres são menos “capazes” de cuidarem de suas famílias ou de administrá-las sem um homem. Por outro lado sabe-se que as mulheres, hoje, ganharam maior independência no trabalho e, portanto, podem assumir suas famílias. No entanto, enquanto houver a associação entre monoparentalidade feminina e pobreza, comprovados pelos dados como já foi afirmado, acaba por ficar em evidência muito mais a adjetivação dessas famílias como vulneráveis e empobrecidas do que como potencialmente autônomas (SARTI, 2010, p. 56).

Esse fator de associação entre famílias monoparentais femininas e pobreza aponta claramente a necessidade destes segmentos serem foco na formulação de programas sociais. Apenas a conquista de direitos sociais e uma Proteção social garantida contribuiriam para uma maior autonomia dessas famílias e que até mesmo eliminariam o estigma de que elas não possuem condições para oferecer cuidados e proteção aos seus membros. Portanto, as ações públicas revelam-se centrais no que diz respeito à autonomia e dependência dessas mulheres chefes de famílias monoparentais (BRITO, 2007).

Nesse contexto de novas configurações familiares, nos deparamos com um debate que abarca e interrelaciona trabalho, precariedade, famílias monoparentais femininas e

políticas públicas. O presente trabalho dirige-se ao entendimento do processo de construção de identidade social das mulheres chefes de família monoparental.

3 TRABALHO E FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS: O CASO DAS CATADORAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ)

Considerando o grande número de monoparentalidade feminina apresentado no universo dos catadores de Campos/RJ pela pesquisa já mencionada anteriormente, se mostrou importante aprofundar as análises referentes a essas famílias. Além da utilização de dados da pesquisa realizada com os catadores, que neste item só serão usados os das famílias monoparentais, foram realizadas entrevistas qualitativas com quatro catadoras que chefiam suas famílias. Se levarmos em conta que 38% é o universo total dessas famílias, as entrevistas qualitativas alcançaram mais de 10% desse contexto. O estado civil dessas mulheres apresenta que 86% delas são solteiras, 10% são separada/divorciada e apenas 4% são viúvas, o que vai ao encontro de Santos (2008) que coloca que o perfil da monoparentalidade feminina se modificou a partir entre a década de 1970 e a de 1990, já que na primeira, as famílias monoparentais femininas eram compostas por viúvas, mas que a partir dos anos 1990 as mulheres solteiras e separadas se tornaram maioria.

Se for considerar a cor dessas mulheres, a pesquisa apontou que 74% delas são afrodescendentes, contra 26% brancas. Este é um fator importante de ser analisado, já que segundo Bruschini (2000 *apud* NOGUEIRA, 2012, p. 86) a precarização do trabalho e conseqüentemente as condições de vida estão associadas à questão de gênero e de raça/cor. Estando os trabalhadores negros em situação desfavorável no mercado, se as mulheres só por assim serem já são destinadas às piores remunerações e espaços de trabalho, se associar a questão de gênero à questão racial, as mulheres negras ficam em último lugar nos índices de rendimento. E especialmente no caso das catadoras chefes de famílias monoparentais, isso se torna um agravante quanto a autonomia dessas famílias.

No que tange ao trabalho, a pesquisa revelou que 62% estavam inseridas em alguma atividade laborativa, contra 38% que estavam desocupadas. Das que estavam trabalhando, 64% eram varredoras na empresa responsável pela limpeza pública do

Município de Campos Vital Engenharia⁴. A segunda atividade mais ocupada por essas catadoras após o fechamento do lixão são as atividades domésticas, como babá, empregada doméstica, faxineira e cozinheira, representando cerca de 17% dessas mulheres. As outras estão inseridas na construção civil, no trabalho rural e no comércio, atividades estas que em sua maioria não possuem proteção trabalhista.

Dos 38% de mulheres que não estão trabalhando, 44% delas disseram não ter encontrado trabalho, 38% apresentaram os problemas de saúde como motivo para a desocupação, e 18% porque não tem com quem deixar os filhos. O lixão, sem dúvidas, representou para essas mulheres uma forma de autonomia, já que os ganhos não eram tão baixos. Além disso, elas eram responsáveis pelos seus horários e que articulado à proximidade das moradias com o local de trabalho as possibilitava ir a casa almoçar, ver os filhos, dentre outras atividades que as mulheres exercem no campo reprodutivo. Com o fechamento do lixão, essas mulheres não só perderam a sua única fonte de renda, como perderam a possibilidade de um trabalho que possibilitasse autonomia a elas e a suas famílias. E, a dificuldade de encontrar como alternativa ao lixão é percebida, juntamente a questão de não ter com quem deixar os filhos. Os problemas de saúde apresentados por essas mulheres traz à tona o lado ruim do trabalho no lixão, que sendo um ambiente insalubre e precário, junto de um trabalho pesado e braçal afetou a saúde delas. Outra característica que deve ser analisada neste universo da monoparentalidade também é o de que 88% delas começaram a trabalhar entre 8 e 15 anos, ou seja, o trabalho infantil vem perpassando a vida da maioria dessas mulheres.

De acordo com a pesquisa, 50% delas não concluíram a educação básica, dessas, 40% tem a idade média superior a 30 anos. Já as mais jovens, apresentaram escolaridade mais alta, representando 43% que concluíram o ensino básico, mas não conseguiram terminar o ensino fundamental. O universo de mulheres que concluíram o ensino fundamental é de apenas 5% e as que concluíram o ensino médio representam somente 2% dessas catadoras. A questão da gravidez poderia ser considerada uma das

⁴ A predominância nesta atividade se deve ao fechamento do lixão, onde a prefeitura fez um convênio com esta empresa, para que a mesma inserisse cerca de 90 catadores em seu quadro de funcionários, após fechar o lixão da cidade. Mas, devido à baixa escolaridade esses trabalhadores foram inseridos na varrição, o que ainda configura um trabalho precário mesmo que seja protegido pelas leis trabalhistas. O que se pode observar é que muitos dos catadores que foram contemplados com o emprego nessa empresa, estão no universo feminino e monoparental.

causas pelas quais essas mulheres deixaram a escola, mas com um percentual tão elevado de trabalho infantil e de mulheres que mal conseguiram se inserir na educação básica, pode-se concluir que esta não era a causa principal e nem tampouco a mais relevante para as gerações mais velhas.

Pelo grande número de mulheres chefes de famílias monoparentais beneficiadas pelos programas habitacionais do município, 85% delas possuem casas de alvenaria, próprias, com acesso à água dentro de casa, banheiros em suas residências, esgoto ligado à rede e acesso a luz. Mas é preciso chamar atenção para o percentual de mulheres que têm suas residências compostas por madeira, são 15% delas. O que necessariamente afeta as condições acima apresentadas, como: esgoto, banheiro, luz e água.

Sobre o acesso a programas sociais, apenas 7% dessas famílias não possuem nenhum benefício. Contra 93% que é contemplado de alguma forma, quer seja pelo Bolsa Família que atende a 78%, quer seja pelo cheque cidadão que beneficia 58% dessas famílias. Sabe-se que esses programas aumentam de alguma forma a renda dessas famílias e que não se pode negar a importância deles para a vida dessas mulheres, mas é preciso considerar a superação da pobreza como forma de fazer com que essas famílias sejam de fato autônomas e para isto, muito mais que transferências de renda, essas mulheres precisam de políticas públicas eficientes no sentido de protegê-las socialmente, e no que se refere à autonomia delas.

3.1 A trajetória de vida e de trabalho das catadoras chefes de famílias monoparentais, segundo as próprias catadoras

Este item analisará as entrevistas qualitativas que foram realizadas junto a duas catadoras que durante suas vidas estiveram no contexto da monoparentalidade a maior parte do tempo. Buscou-se entender com essas entrevistas, as atividades exercidas por essas mulheres ao longo dos anos, os relacionamentos que tiveram no decorrer de suas vidas, o lugar dos filhos nessa trajetória e em que momento as Políticas Sociais têm alcançado com mais precisão essas famílias. Algumas falas foram destacadas entre aspas na constituição das trajetórias e algumas falas que marcaram as entrevistas de algumas, são usadas nas análises. Como forma de proteger a identidade dessas mulheres, os nomes apresentados são fictícios.

Mariana, 36 anos, solteira, cinco filhos.

Mariana é branca, não tem religião, nasceu em 1978 na zona rural de Campos dos Goytacazes/RJ. Quando tinha apenas um ano de idade, sua mãe se separou de seu pai e a deixou com suas duas irmãs aos cuidados dele e nunca mais apareceu. Ela recorda que seu pai após a separação arrumava muitas mulheres e que estas maltratavam muito ela e suas irmãs. Em meio a uma infância de sofrimento, precisou começar a trabalhar com nove anos para ajudar seu pai a sustentar a casa, já que as condições eram de fome e pobreza. Foi a partir desse momento que abandonou a escola para se dedicar às atividades rurais como o corte de cana, a colheita de arroz e a limpeza de pastos.

Levou essa rotina até os 12 anos, quando foi para a área urbana de Campos trabalhar como empregada doméstica, dessa forma morava na casa das famílias em que trabalhava e só voltava para a casa do pai uma vez ao mês. Quando completou 14 anos as voltas para casa se tornaram cada vez mais escassas, enquanto as casas das “patroas” foram se tornando a sua casa. Com 17 anos começou seu primeiro relacionamento, que logo virou uma união conjugal, já que morar com ele era a única saída a morar na casa das famílias em que trabalhava. Com seis meses de relação, conflituosa, houve a ruptura, onde dias depois descobriu que estava grávida do seu primeiro filho, que atualmente tem 18 anos, mas o pai não acreditou que o filho era dele, portanto não deu suporte nenhum a ela durante a gestação que passou morando na casa da família onde trabalhava no momento.

Quando estava com oito meses de gravidez começou outro relacionamento e logo foi morar com o rapaz, que a acolheu com carinho e a “deu um teto pra morar”. Mas a relação começou a ser marcada por agressões físicas, por uma autoridade masculina desmedida que a fez parar de trabalhar, e o alcoolismo foi usado como explicação para os conflitos. Quando descobriu que estava grávida de sua filha que hoje tem 16 anos, a situação se agravou, porém com dois filhos, sem trabalho e sem uma casa não restava outra alternativa senão se submeter a essa relação, que se sustentou por mais dois anos, onde ao todo o casamento durou quatro anos, para Mariana “os piores anos” de sua vida. Até que um dia ela esperou ele dormir e fugiu com os dois filhos apenas “com a roupinha do corpo”.

Tendo que recomeçar sua vida, com três filhos e sem emprego, não lhe restou alternativa a não ser construir um “barraco de tábuas” no bairro da Codin, na zona urbana de Campos/RJ, próximo ao antigo lixão. Estando a reciclagem em alta no momento em que se mudou no ano de 2002, trabalhar como catadora foi uma chance de prover o sustento dos filhos sozinha. Morou nessas condições durante dois anos, até que foi contemplada com uma das casas do programa de habitação Morar Feliz do Município de Campos. Morando em sua casa própria, iniciou outro relacionamento que durou apenas três meses, mas que proporcionou para Mariana mais uma filha, que atualmente tem 10 anos. Sobre os motivos que motivaram a separação, não foi nada diferente dos anteriores, porém esse não queria trabalhar, o que para Mariana é inaceitável e colocou-o “para fora de casa”. Ainda grávida do 4º filho, ela descobriu uma anemia profunda, porém o tratamento recomendado pelos médicos foi a internação, onde a mesma recusou e não se internou, visto que deixar de trabalhar e de cuidar dos 3 filhos que dependiam dela estava fora de cogitação. Durante toda a gravidez Mariana continuou trabalhando no lixão e se medicando contra a doença que a afligia. Sua filha nasceu e sua vida prosseguiu, onde trabalhava na parte da manhã, ia a casa fazer o almoço, levava as crianças para a escola e voltava para o seu trabalho. Durante o tempo que não estava em casa era atribuído à filha mais velha o cuidado com os irmãos.

Anos depois, Mariana deu início a mais uma relação que durou um ano e meio e rendeu mais uma filha menina para ela, que atualmente tem seis anos. Mais uma vez Mariana expulsou um homem de sua casa, ela diz que tendo seu trabalho e sua casa própria não tem porque ficar com alguém à força. Essa foi a última gravidez dela, pois fez esterilização para não ter mais filhos assim que sua filha nasceu. Atualmente, dos cinco filhos de Mariana, 3 estão na escola, o mais velho que tem 18 anos parou há pouco tempo porque não gostava da escola e a filha de 16 anos parou de estudar porque engravidou e foi morar com o namorado. Após dedicar 9 anos de sua vida ao trabalho no lixão, com o fechamento, Mariana foi uma das selecionadas para trabalhar na empresa Engenharia Vital, como varredora, mas não se manteve por muito tempo, visto que sofria humilhações dentro da empresa por ser catadora e não ter se adaptado a uma rotina de trabalho pesada e em troca receber apenas um salário mínimo. Atualmente Mariana está trabalhando na construção civil como ajudante de pedreiro e recentemente iniciou um

relacionamento com um dos pedreiros com qual trabalha e se orgulha por conseguir criar os cinco filhos “sozinha com Deus”.

Jéssica, 30 anos, solteira, quatro filhos

Jéssica é negra, não tem religião, nasceu em 1984, no subúrbio do Rio de Janeiro/RJ. Sua infância e de seus três irmãos foi marcada pela precariedade econômica, associados ao alcoolismo de seu pai e de sua mãe, onde se criava um ambiente violento, principalmente no que se refere à violência sofrida pela mãe. A pobreza enfrentada pela família motivou Jéssica seus irmãos a pararem de estudar ainda crianças para pedir comida na rua na tentativa de sobreviver. Após perderem a casa onde viviam, tiveram que ir morar embaixo de uma ponte, próximo a rodoviária no Rio de Janeiro, onde ficaram por quatro meses até quando sua mãe foi levada para o hospital com crises de cirrose e faleceu.

Com quinze anos engravidou de um namorado, que não quis assumir a filha, que atualmente tem 14 anos, durante a gestação o namorado não aceitava que o filho era dele, mas quando a mesma nasceu decidiu registrar. Nessa reaproximação dele, após três meses, Jéssica descobriu que estava grávida novamente, mas dessa vez o rapaz não assumiu e desapareceu. Jéssica seguiu a gravidez, mesmo que contra a sua vontade, na certeza de que quando nascesse “daria para alguém com mais condição pra cuidar”, já que a fome e a precariedade eram as únicas certezas que tinha. Mas quando seu filho nasceu não teve coragem e disse “onde come um come dois” e com 17 anos Jéssica morava com seus dois filhos e sua irmã que ajudava a cuidar deles enquanto ela trabalhava como empregada doméstica. Depois, conseguiu um emprego no parque aquático da cidade e trabalhava como atendente de lanchonete, onde ficou trabalhando por mais dois anos, mas sem estar formalizada (não tinha carteira assinada), associava esse trabalho com algumas faxinas e como manicure.

Após perder esse emprego a situação em sua casa ficou ainda pior, Jéssica tentava procurar o pai, os avós, na tentativa de conseguir alimento para seus filhos, mas “batiam a porta”. Em meio a um momento de precariedade, se prostituiu para comprar leite para seus filhos. Na tentativa de buscar uma vida melhor, se mudou para Campos dos Goytacazes/RJ com suas irmãs, seu pai que estava adoecido e seus dois filhos. Mas ia ao

Rio sempre que podia para visitar os amigos, até que em uma dessas visitas, conheceu um rapaz na cidade e começaram a se relacionar e voltou a morar no Rio. Com o novo companheiro e seus dois filhos, conseguia fazer biscates para manter a casa, já que ele não trabalhava. Após quatro anos de relacionamento e já com mais dois filhos, ele se envolveu com drogas, o que gerou ainda mais conflitos para o casal.

Na tentativa de ajudá-lo, voltou para Campos/RJ com ele e seus quatro filhos, onde alugaram um cômodo no bairro da Codin para morarem. Pela proximidade de sua moradia com o lixão e em virtude do desemprego dos dois, foram trabalhar lá como forma de manter os filhos. Trabalho este que sustentou sua vida e de sua família por oito anos. Porém, com mais algum tempo de relacionamento e depois de ver sua casa “sem nada, porque ele vendeu tudo pra comprar droga” e dele a ter agredido, ela o colocou “para fora de sua casa.”. Algum tempo depois começou um relacionamento com outro rapaz, mas que durou menos de um ano, visto que os conflitos estavam sendo vivenciados pelos filhos e ela decidiu “expulsar ele de casa”. Após esse término descobriu que o pai de seus filhos mais novos estava em uma clínica de reabilitação no Rio de Janeiro, então resolveu conceder-lhe “mais uma chance”, e o levou novamente para sua casa em Campos/RJ, mas “ele com menos de duas semana já tava nas droga de novo”, motivo este que fez com que a separação viesse cerca de 6 meses depois.

Após o fechamento do lixão, Jéssica foi uma das contempladas com uma vaga de emprego na empresa responsável pela limpeza pública da cidade, onde muitos catadores foram inseridos. Porém, só se manteve lá por apenas oito meses, já que foi muito “pisada” na empresa e antes “sobrevivia sem carteira assinada, não vai ser agora que vou deixar alguém pisar em mim por causa de um salário”. Quando saiu da empresa começou a catar material reciclável na rua, associado também ao trabalho de manicure no bairro, Jéssica construiu um “barraco” no quintal de seu pai e sua irmã e atualmente mora sozinha com seus quatro filhos e com seu neto, recém-nascido filho de sua filha de 14 anos. Há quatro meses está trabalhando como ajudante de pedreiro e aguarda a cooperativa de catadores inaugurar para que volte a trabalhar com o que gosta.

As entrevistas qualitativas possibilitaram não apenas a visualização de todos os conceitos anteriormente problematizados, como também o enriquecimento das informações colhidas através da pesquisa quantitativa realizada junto aos catadores. Além

de ter propiciado uma aproximação ímpar da realidade enfrentada por essas mulheres durante toda sua vida até os dias atuais. A entrevista permitiu maior aprofundamento sobre as vivências dessas catadoras, sendo possível destacar alguns aspectos que perpassam a vida dessas mulheres como, por exemplo, o trabalho infantil, também exposto nos dados da pesquisa quantitativa realizada. Todas elas se submeteram ao trabalho precário, informal desde muito novas, consequência da pobreza e desproteção que suas famílias enfrentavam, motivo também que as impossibilitaram de continuarem e /ou começarem os estudos.

As relações conflituosas e frágeis vivenciadas por essas mulheres desde a adolescência, afirmam a fala de Sarti (2010) quando ela coloca que as condições socioeconômicas das famílias e a estabilidade familiar, tem uma grande relação e, portanto, os relacionamentos mais empobrecidos tendem a desfazer-se mais facilmente. Ainda segundo Sarti (2010) em uma sociedade onde o sistema patriarcal ainda é muito presente nas relações, sobretudo das famílias mais empobrecidas, o alcoolismo seguido muita das vezes de violência doméstica acabam por fazer parte dessas relações conjugais, o que corrobora para a fragilidade dessas relações.

Outro aspecto a respeito dos relacionamentos que merece atenção é o de como as relações são marcadas pela construção do conceito de gênero, onde a mulher é colocada, muitas vezes, em uma posição inferior a do homem e tem de se submeter a condições impostas por ele. Mas, também foi possível notar, com as entrevistas qualitativas, que essa submissão a esse tipo de relações, só é mantida quando a mesma não tem condições de se prover, ou a casa não é sua, ou não tem para onde ir, e que se isso for revertido, como nos relatos foi possível perceber, essas mulheres ganham autonomia sob suas vidas e “expulsam” seus maridos de casa. Reafirmando a necessidade do fortalecimento da autonomia dessas mulheres, principalmente pelo viés da Proteção Social.

4 AS POLÍTICAS SOCIAIS E O LUGAR ATRIBUÍDO ÀS FAMÍLIAS

No que se refere à família, esta é considerada fonte privada de proteção social, a ela cabe o papel da proteção e de provisão de cuidados aos seus membros. Mas só é denominada assim quando não há a institucionalização da proteção social e quando não

há possível constituição do estado de bem estar, pois nesse último essas funções tendem a ser assumidas pelo Estado, pelo menos nos países que experimentaram a constituição de um sistema de proteção social mais amplo. Já nos países que, segundo a classificação de Esping-Andersen (1999 *apud* PEREIRA, 2010), assumiu um modelo conservador ou liberal, como é o caso dos periféricos, manteve-se um compartilhamento de responsabilidades entre o Estado, as famílias e a sociedade em geral na provisão da proteção social, resguardando o papel historicamente que lhes coube.

Nesta perspectiva, a família tende a ser considerada apenas como uma instância de virtudes, sem ser considerada um espaço de contradições, que assim como qualquer outra instituição, pode também ser um espaço de reprodução da opressão, da violência, da dominação. Tudo isso associado a uma responsabilização das famílias pelas dificuldades que se encontram, uma vez que a concepção de pobreza assumida as compreendem distantes das relações sociais que produzem as desigualdades. (SANTOS et al, 2008, p. 6).

Segundo Carvalho e Almeida (2003, p. 10), a família estando fragilizada pelos processos e pelas mudanças que marcam a atual realidade, ao mesmo tempo vê crescer, paradoxalmente, suas responsabilidades de promover a proteção social de sua família, visto que “área social” do Estado brasileiro vem buscando diminuição dos gastos, mediante focalização, descentralização e busca por novas parcerias com o mercado e a sociedade. Com isso a sociedade brasileira, vivenciando o crescimento das situações de vulnerabilidade e “a crise das instituições que fazem funcionar o vínculo social e a solidariedade têm obrigado cada um a dar conta de si mesmo, organizando e procurando dar um sentido a sua vida de forma mais individual e solitária” (CARVALHO; ALMEIDA, 2003, p. 10). Dessa forma faz reproduzir uma concepção da vida também fragmentada, os “problemas sociais” existentes passaram a ser enfrentados pelo aumento de políticas e programas setoriais, emergenciais e isolados, sem um projeto que os articule e lhes imprima sentido político e de direito.

Apesar da forma como as políticas sociais do Estado brasileiro vêm sendo colocadas na prática, estas, segundo os elementos do SUAS e a partir da Constituição de 1988, deveriam assegurar uma rede de proteção integral e de desenvolvimento socioeconômico às famílias, possibilitando vias de autonomia para estas. Mas apesar de

ainda muito incipiente quando comparada ao que está previsto em lei, a política de Assistência avançou no sentido de ter como elemento imprescindível a MatricialidadeSociofamiliar, ou seja, o reconhecimento da importância da família no contexto da vida social. Considerando a família como espaço de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas frisando a necessidade dessas famílias também serem cuidadas e protegidas (BRASIL, 2005).

Ao direcionar proteção às famílias contraria-se a lógica da fragmentação, passando o indivíduo a ser enxergado dentro de um determinado espaço social. Nesta direção, as políticas de Saúde e de Assistência Social começam a introduzir serviços voltados à família, como o programa de saúde da família, cuidador domiciliar, centros de acolhimento, reabilitação, convivência. Também as políticas de combate à pobreza elegem a família como elemento principal (CARVALHO, 2010, p. 268).

Se for considerar a Política de Assistência Social, como a mais importante para as famílias em situação de pobreza, que é o foco deste trabalho, Miotto (2011) coloca que é possível pensar a relação entre Assistência Social e famílias de duas maneiras. A primeira ancora-se na ideia de que a família é a principal instância de proteção social, dessa forma a Assistência Social só é designada no momento em que a família fracassa em sua provisão, significa dizer que neste ponto, essa relação é mediada pela ideia de falência e responsabilização das famílias. A segunda concepção é oposta a primeira, sendo ela pensada na relação entre a política e família em um contexto de direitos sociais e da cidadania, ou seja, “na perspectiva de que o Estado constitui-se como instância principal de proteção social, e, à medida que ele assume esse papel, possibilita a autonomia dos indivíduos e torna-se força ativa no ordenamento das relações sociais” (MIOTTO, 2011, p. 112).

A primeira concepção é a que está ainda muito presente nas relações entre a política de Assistência Social e as famílias e segundo Miotto (2011) para que haja de fato a concretização dessa segunda concepção é necessária, uma desmercadorização do indivíduo e de sua família em relação ao mercado, pois é através desse processo que o Estado assume a responsabilidade e age em direção à diminuição da responsabilização familiar em relação à provisão de bem-estar aos seus membros. É preciso, portanto, que esta política social e todas as outras sejam pensadas no sentido de socializar

antecipadamente os custos enfrentados pelas famílias, antes que suas capacidades se esgotem (MIOTO, 2011, p. 112).

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou uma aproximação com a trajetória de vida e de trabalho das famílias monoparentais femininas das catadoras de Campos dos Goytacazes/RJ, a partir dos conceitos de precarização do mercado de trabalho pós 1990, gênero, famílias e proteção social, onde foi possível construir uma análise mais consistente, visto que não se deve problematizar famílias, especialmente as monoparentais femininas, desvinculadas das condições de trabalho impostas aos trabalhadores, sobretudo pós 1990 com as mudanças impostas pelo novo padrão de acumulação do capital, e, nem deve ser deixada de lado a importante análise da proteção social para os mesmos.

Os dados das catadoras responsáveis por famílias monoparentais demonstram que, a vida dessas mulheres foi marcada pela inserção no mercado de trabalho ainda muito novas, quase sempre quando crianças, e em ocupações desvalorizadas e mal remuneradas, que impediram a concretização dos estudos e da qualificação, o que reforça o lugar e a reprodução dessas mulheres nesses trabalhos durante toda a sua trajetória de vida. O sustento de seus filhos, dependendo somente do trabalho dessas mulheres faz com que a superação da pobreza esteja a cada dia mais distante.

Ao que se refere às catadoras, objeto deste trabalho, chega-se a conclusão de que as políticas sociais tem fundamental papel no que se refere à autonomia/proteção social dessas mulheres e de suas famílias, ainda que de modo precário e fragmentado, a todo o momento, se podia perceber em suas falas, os resultados da ausência de proteção social, mas em muitos outros, percebia-se também os resultados do pequeno avanço das políticas sociais no Brasil. Com infâncias severamente marcadas pela desproteção e pelo trabalho infantil, agora essas mulheres não veem seus filhos passando pelas mesmas situações, resultado este, garantido especialmente pelo programa Bolsa Família, que tem como uma de suas condicionalidades a presença das crianças e adolescentes nas escolas. Ainda que estes últimos vivenciem a pobreza e a ausência de direitos diariamente, suas mães quando crianças vivenciavam com muito mais intensidade.

A política social direcionada à proteção dessas famílias monoparentais é especialmente a de Assistência Social, o que demonstra que esta ainda tem grandes desafios para contribuir de fato com a promoção da igualdade entre homens e mulheres e no que se refere ao combate à situação de pobreza feminina, principalmente das famílias chefiadas por elas. São inegáveis os benefícios que os programas desta política têm trazido para a população pauperizada do Brasil e também são inquestionáveis suas lacunas e fragilidades, porém não se pode focar apenas nos aspectos falhos, destruindo as poucas conquistas que a política trouxe e distanciando ainda mais do viés de direito que ainda estão em processo de construção no ideário da sociedade.

6 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

AZEVEDO, Simone Pereira de Azevedo; MAGALHÃES, Maysa Sacramento de; LAZO, Aida Verdugo. Famílias monoparentais chefiadas por mulher: faz diferença seu estado civil? XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 nov, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** –PNAS. Brasília: MDS, 2005.

BRITO, Flávio dos Santos. **Famílias Monoparentais, Políticas Públicas, Socialização e demandas Contemporâneas.** São Luís, 2007.

BRUSCHINI, Cristina e LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, educação e rendimento das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena SEGNINI, Liliana (Orgs.) **Organização, Trabalho e Gênero.** São Paulo: Senac, 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (orgs.) **Família: redes, laços e políticas publicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família, Gênero e Assistência Social. O trabalho do/a assistente social no SUAS. Seminário nacional/ Conselho Federal de Serviço Social- Gestão Atitude Crítica para avançar na Luta. **Anais...** Brasília: CFESS, 2011

MONTALI, Lilia. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais,** Campinas: Unicamp, v. 23, n. 2, p. 223-245, jul./dez. 2006.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. O regime de bem-estar turco vis-à-vis o brasileiro - pressões, resistências e mudanças comparadas. **Argumentum**, Vitória: UFES, v. 2, n. 2, p. 271-287, jul./dez. 2010.

SANTOS, Yumi Garcia. **Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência**: um estudo comparativo entre o Brasil, a França e o Japão. Tese (Doutorado em Sociologia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Anne Caroline de Almeida Santos et al. E a Família, como vai? Um olhar sobre os programas de transferência de renda no Brasil sob a ótica da família. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro: UFRJ. n. 18, p. 30-45, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.